

A Sustentabilidade do Turismo na Ilha do Mel, PR: um Panorama sobre a Questão Ambiental a Partir de Ações e Perspectivas de Gestores Privados do Setor de Hospedagem e Gestores Públicos Atuantes nesta Localidade.

Autoria: Matias Poli Sperb, Rivanda Meira Teixeira

Resumo

A partir de um estudo de caso exploratório-descritivo, esta inquirição volta-se para a análise das ações e perspectivas de gestores privados e públicos sobre a gestão ambiental na Ilha do Mel, situada no litoral do Estado do Paraná. No âmbito privado, as ações pesquisadas foram estas: consumo de água, tratamento de efluentes, consumo de energia e tratamento de resíduos sólidos, em trinta pousadas. No âmbito público, foram analisadas ações, como o saneamento básico, a educação ambiental e a fiscalização ambiental. Pesquisou-se também a perspectiva dos empreendedores e dos gestores públicos quanto à preservação ambiental na Ilha do Mel. Conclui-se que as ações desenvolvidas pelos empreendedores não têm noção do conjunto, tendendo ao curto prazo. As ações desenvolvidas pelo setor público são consideradas paradoxais, pois nas áreas de preservação ambiental são extremamente restritivas, ao passo que nas áreas destinadas à ocupação humana as ações deste setor são consideradas incompletas, ausentes ou mesmo equivocadas para garantir o Desenvolvimento Sustentável na Ilha do Mel.

1. Introdução

O setor de turismo já foi considerado na década de 1960 a “indústria sem chaminés” e uma esperança de desenvolvimento econômico para países pobres. Atualmente, é mais do que comprovado que esta também é uma atividade econômica que também degrada o meio-ambiente e, junto a isso, pode gerar ainda mais exclusão social e pobreza, se não forem tomados os devidos cuidados na hora de se estabelecerem novos empreendimentos com fins econômicos.

Segundo Dias (2003), um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu. Nesse sentido, Krippendorf (1985) manifestou-se contrário ao grande influxo de pessoas aos recursos, alegando que “o turismo destruirá o turismo”. Hetzer (1965) argumentou que depois de terem arruinado o seu próprio ambiente, as pessoas que querem dispor de um ambiente natural, se aglomeram em outros locais para destruir o ambiente de outros, em suas frenéticas tentativas de escapar, nem que seja por curto espaço de tempo, da pressão competitiva, poluição, crime e trabalho alienante (“corrida dos ratos”). Dias (2003) enfatiza que o impacto do turismo sobre o meio-ambiente é inevitável, e o que se pretende é mantê-lo dentro de limites aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruto do lugar. Para Wahab e Pigram (1997), nem todas as mudanças geradas pelas atividades de turismo levam, necessariamente, à degradação. Pelo contrário, se forem levadas a cabo de forma sensível, o desenvolvimento do turismo pode contribuir substancialmente para melhorar o ambiente e levar a um aumento de prazer do turista e da sustentabilidade ecológica.

O setor público possui poder e responsabilidade para desenvolver o turismo de forma sustentável. Segundo Sworbrooke (2000), a maioria dos analistas do turismo acredita que o governo tem o papel principal no desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo, podendo organizá-lo valendo-se de uma diversidade de meios, como o fornecimento de infraestrutura adequada e designação de áreas particulares para a proteção especial, entre outros desempenhos e cuidados.

Por outro lado, opinião unânime entre pesquisadores do assunto é que os problemas causados à natureza e os riscos gerados à espécie humana têm origem nas próprias organizações, por estarem submetidas à economia de mercado. Willis Harman (1992 apud GLADWIN, KENNELLY e KRAUSE, 1995), assim como muitos outros pesquisadores, propõe o dever e a responsabilidade das organizações perante tais problemas ao comentar: “[...] os negócios se tornaram, no último século, a mais poderosa instituição no planeta. Entretanto, a instituição dominante em qualquer sociedade deve tomar a responsabilidade pelo todo”.

Levando em consideração a complexidade do assunto exposto, esta pesquisa volta-se para a análise das ações e perspectivas de gestores privados e públicos sobre a gestão ambiental na Ilha do Mel, no litoral do Estado do Paraná. O estudo parte do pressuposto de que agentes de ambos os setores que atuam nesta localidade percebem a importância da natureza como principal atrativo turístico e, na medida do possível, buscam explorá-la de forma sustentável.

2. Turismo Sustentável

Paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, o turismo se desenvolveu de forma bastante rápida, e na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais, sem preocupação com a preservação desses atrativos que formavam, e formam, a base de sustentação da atividade (DIAS, 2003).

Na percepção de Krippendorf (1989), à medida que se instalam “facilidades” em locais turísticos, estes passam a ser conhecidos e entram no “sonho” e na realização do desejo, iniciando-se, assim, o *desenvolvimento insustentável*, pois são rompidas as formas de manutenção do equilíbrio anterior, que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas.

Neste contexto, organismos nacionais e internacionais, tais como a ABIH, EMBRATUR, CBTS, IHEI, OMT e PNUMA, vêm desenvolvendo conceitos, mecanismos e práticas para o desenvolvimento sustentável. Contudo, segundo Cooper et al. (2001), a identificação da necessidade de seguir um padrão de desenvolvimento turístico ambientalmente sustentável já está na segunda década de existência, mas pouco se conseguiu em termos de garantia de que futuros empreendimentos sejam ambientalmente compatíveis com os ideais de turismo sustentável. As praias, manguezais e sistemas lacustres, arrecifes, rios e estuários são exemplos de ecossistemas valiosos para o turismo e, muitas vezes, não são adequadamente avaliados no quadro dos planos e programas de desenvolvimento turístico. Na concepção de Molina (2001), freqüentemente, assentamentos de urbanizações turísticas em larga escala utilizam critérios ambientais estreitos em suas avaliações, não reconhecendo a existência e interdependência dos ecossistemas e não calculando a capacidade de sustentação, a localização da infra-estrutura, do equipamento e das atividades dos turistas.

Segundo Abreu (2001), a análise de que somente as indústrias poluem o meio ambiente, pelos seus efluentes contaminados despejados em rios e mares, gases poluentes, entre outros, não é verdadeira: no turismo os meios de hospedagem, por exemplo, também causam impactos no meio ambiente. Estes empreendimentos também utilizam recursos naturais (água, energia etc.), contribuindo para a sua redução, o que representa impacto ambiental. Devem-se considerar também os impactos causados pelo lixo gerado, equipamentos, produtos de uso diário, entre outros.

3. Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem

A gestão de organizações vem passando por uma fase bastante conflituosa, em busca de uma identidade que realmente a faça contribuir para o desenvolvimento sustentável planetário.

Segundo Shrivastava (1995), a forma de gerenciar as organizações ainda permanece com visão mercadológica um tanto quanto tradicional. Na administração paradigmática costumeira, uma noção restrita de “ambiente das empresas” é usada, enfatizando aspectos econômicos, políticos, sociais e tecnológicos. Aspectos econômicos do ambiente, especialmente variáveis caracterizando marketing, indústrias, competidores e regulamentações são sublinhados. Por outro lado, esta abordagem quase ignora o ambiente natural. Portanto, segundo Gladwin, Kennelly e Krause (1995), por estarem as organizações dissociadas da biosfera e de toda a comunidade humana, é possível que teorias tenham tacitamente encorajado organizações a se comportar de forma que, no final das contas, destroem os próprios sistemas de vida social e natural que as fundamentam.

Neste sentido, é defendida a idéia de que a empresa será sustentável, entre outros fatores, se não agredir o meio ambiente, detalhando o conceito de sustentabilidade ecológica ou organizações ecologicamente sustentáveis (GLADWIN, KENNELLY e KRAUSE, 1995; SHRIVASTAVA, 1995; HOFFMAN, 2000). Neste caso, a sustentabilidade está embasada na teoria ecológica, sendo alcançada quando a extração de recursos ocorre dentro da capacidade de reposição da base destes recursos e, quando os resíduos sólidos transferidos para os componentes físicos do sistema ecológico, não ultrapassam a capacidade de assimilação dos ecossistemas (SHRIVASTAVA, 1995).

Na concepção de Swarbrooke (2000), a indústria da hotelaria tem estado na vanguarda do desenvolvimento da administração de operações propícias ao meio ambiente seguindo, principalmente, o trabalho da cadeia Intercontinental que estabeleceu a “*Intercontinental Hotels Environmental Initiative*”. Essa organização, patrocinada pela indústria hoteleira, aconselha os hoteleiros a tornar suas operações mais verdes, incluindo medidas de conservação de energia, reciclagem e redução de refugo. Todas essas medidas visam também à redução de custos nos hotéis.

Na visão de Gonçalves (2004), o setor de hospedagem em si não causa grandes problemas de poluição nem consome grandes quantidades de recursos não renováveis, não devendo, portanto, estar na linha de frente das preocupações ambientais. As atividades desse segmento são constituídas predominantemente por inúmeras pequenas operadoras, que consomem relativamente pouca energia, água, alimentos, papéis e outros tipos de recursos, representando uma pequena parcela de poluição em termos de fumaça, ruído e poluentes químicos. Contudo, se os impactos de todas essas pequenas operadoras forem somados, o segmento pode desenvolver um relativo potencial danoso ao meio ambiente. Assim, tem-se um dilema: como convencer as organizações envolvidas no setor de hospedagem – que na maioria das vezes são formadas por pequenos empreendimentos independentes – a assumir uma postura ambientalmente correta? Para Bonatto (2003), existem vários motivos para que uma empresa mude seu comportamento ambiental. As perspectivas apontam o fortalecimento de mercados conhecidos até o momento com alternativa que deve transformar-se em opção vantajosa e lucrativa. A reciclagem de materiais, o reaproveitamento ou a venda de resíduos, o desenvolvimento de novos processos produtivos que utilizam tecnologias limpas e o desenvolvimento de produtos, para atender ao mercado consumidor com consciência ecológica, são exemplos de iniciativas de algumas empresas.

A partir de estudos como os de De Conto (2003), Gonçalves (2004), Molina (2001) e Ricci (2002), é possível destacar sete grandes áreas que precisam ser definidas para avaliar as ações ambientais nos meios de hospedagem, independentemente do porte de cada empreendimento: água de abastecimento; água residuária de emissões; energia; resíduos sólidos; educação ambiental; fornecedores e terceirizados; e aspectos de mercado.

4. O Setor Público no Turismo Sustentável

Para se compreender a função do setor público no turismo sustentável, antes é importante saber o significado deste setor. Sworbrooke (2000) relembra que este termo se refere àqueles órgãos destinados a representar a comunidade e o interesse público como um todo, e que supostamente agem em nome da totalidade da população. Não se trata de organizações comerciais, tentando obter lucro. Pelo contrário, gastam a renda obtida com impostos para implementar políticas e projetos, em benefício de toda a população sobre a qual a autoridade tem jurisdição e se considera capaz de adotar uma visão de longo prazo.

Para o autor, o setor público influencia o turismo de diversas formas e pode desempenhar uma função no desenvolvimento do turismo sustentável, valendo-se de uma diversidade de meios: financiamento e incentivos fiscais; planejamento do uso do solo; desenvolvimento e controle da construção, incluindo o papel das avaliações de impacto ambiental; o fornecimento de infra-estrutura; designação de áreas particulares para proteção especial; e controle do governo sobre o número de turistas. Relacionados aos meios citados, três aspectos são fundamentais nesta pesquisa: capacidade de carga; saneamento básico e educação ambiental.

De início cabe considerar que se adotou genericamente o termo em inglês *carrying capacity*, com a sua tradução operacional para a língua vernácula “capacidade de carga”, ou a versão similar, “capacidade de suporte”. Assim, tomados essencialmente no sentido operacional do âmbito do turismo, tais termos adquirirão significado equivalente, o qual poderia ser descrito basicamente como “o que determinado ambiente possui para suportar o afluxo de visitantes e turistas sem perder as características de sua originalidade ou ter ameaçada a sua integridade”. Infere-se, portanto, a idéia da inevitabilidade do impacto humano sobre o meio, bem como a aceitação de que esse meio poderá absorver ou tolerar impactos que resultem em alterações aceitáveis, ou seja, não comprometedoras de referida originalidade ou integridade (PIRES, 2005, p. 7). Na concepção do referido autor, a capacidade de carga é posta em prática por meio de estratégias gerenciais da demanda turística e recreativa no meio ambiente natural, sobre a qual recai grande parte das atenções e dos esforços de planejamento e gestão da demanda turística e recreativa no mundo todo.

Esta pesquisa também aborda o tripé do saneamento básico (fornecimento de água, tratamento de efluentes, destinação de resíduos sólidos), pois é a extensão pública da gestão ambiental doméstica e comercial. Segundo Brasil (2004, p. 10), a maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial está intrinsecamente relacionada ao meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é a doença que aflige a humanidade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento. A utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde humana e do equilíbrio ambiental pressupõe a superação dos entraves tecnológicos políticos e gerenciais que têm dificultado a extensão dos benefícios aos residentes em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte.

Com relação à Educação Ambiental (EA), que teve início nas discussões na pré-concepção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, foi dada sequência a uma série interminável de iniciativas, destacando-se as conferências de: Estocolmo; Belgrado; Tbilisie e a Agenda 21, isso sem falar no título *O nosso futuro comum*, referencial do maior significado para a educação ambiental.

No turismo, segundo Irving (2002), iniciativas ou metodologias dirigidas à sensibilização ambiental do turista ou à mobilização do setor empresarial para temas ambientais são praticamente inexistentes. O turismo envolve atores com linguagens e códigos diferenciados e interesses muitas vezes conflitantes, que não podem ser ignorados por propostas de educação ambiental ingênuas e segmentadas. Nesse sentido, “há que acrescentar o importante papel agregador da educação ambiental formal no ecoturismo, que objetiva conscientizar as

diferentes partes envolvidas na atividade turística – operadores, turistas, residentes, empresas etc. – acerca da importância da preservação ambiental. Não é possível pensar em ecoturismo, sem pensar em educação ambiental (DIAS, 2003, p. 178)”.

5. O Local Objeto de Estudo

A Ilha do Mel está situada no Litoral Norte do Estado do Paraná, entre Pontal do Paraná e a Ilha das Peças, subdividindo a barra da Baía de Paranaguá em dois setores, representados pelos canais Norte e da Galheta. Com superfície aproximada de 2710 hectares (FIGUEIREDO, 1954), esta Ilha localiza-se na desembocadura da baía de Paranaguá, na latitude de 25°30'S e na longitude de 48°20'W (GIANNINI et al., 2004).

De todo o território desta Ilha, cerca de 95% pertence a áreas de preservação ambiental compostas por ecossistemas de Restinga e Floresta Atlântica. Seu relevo é constituído por vasta planície de restinga de floresta atlântica ao norte e vários morros de altitude variável ligados por formações arenosas ao sul (PACHECO, SERVI e ROCHA, 2003, p. 49). Compõem as áreas de preservação da Ilha do Mel uma Estação Ecológica e um Parque Estadual.

A Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada em 1982, pelo governo do Paraná, numa área de 2241 hectares com Ecossistemas Costeiros, apresentando mangues e restinga associado com floresta atlântica (Bioma de Floresta Atlântica). Já o Parque Estadual da Ilha do Mel é mais recente, tendo sido criado em 2002. É um dos 45 parques existentes na Região Sul do país. Também abriga o bioma de Floresta Atlântica numa área de 337,84 hectares.

Além das belezas cênicas que caracterizam a paisagem natural da Ilha do Mel, cita-se a presença de elementos históricos importantes com destaque para a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres datada de 1779 (Morro da Baleia) e o Farol das Conchas (Morro do Farol).

Quanto à ocupação física e econômica, na Ilha do Mel existem quatro localidades distintas e relevantes: Fortaleza; Nova Brasília; Farol e Prainha (Encantadas). Além destas, também existem as áreas de Praia Grande e a Ponta Oeste, que possuem menos representatividade econômica e habitacional. Conforme Kraemer (1978, p. 83), até a década de 1970, predominava na Ilha uma ocupação de baixa densidade, com construções simples, destinadas à moradia dos pescadores locais. No entanto, nas décadas que se seguiram, estas peculiaridades da Ilha se modificaram para sempre.

Em 2002 a população fixa atingia 906 habitantes, tendo havido aumento de pouco mais de 35% desde 1970. Já com relação ao número de edificações a Ilha recebeu aumento bem maior, pois em 2004 havia 758 edificações, um número quinze vezes maior do que havia em 1970, representando aumento de 531% em novas edificações neste período. Portanto, a realidade de ocupação da Ilha do Mel colocada por Kraemer (1978) sobre 1970 muda radicalmente, visto que o desenvolvimento do turismo teve grande influência nas alterações ocorridas na forma de ocupação das vilas e localidades da Ilha do Mel. Segundo Esteves (2004), devido ao aumento da procura turística, houve “intenso partilhamento de lotes e ritmo acelerado de construções” para atender a esta demanda. Para melhor compreender este crescimento da ocupação na Ilha do Mel, a seguir serão analisados os aspectos do desenvolvimento do turismo nesta localidade.

6. O Desenvolvimento do Turismo na Ilha do Mel

O desenvolvimento do turismo que se tem documentado na Ilha do Mel data do início do século XX. Nessa primeira fase do turismo local, a Ilha era muito procurada por famílias da

classe alta de Curitiba que iam lá veraneiar; pode ser considerado o primeiro recanto turístico do litoral do Paraná (ITCF, 1986). Segundo Kim (2004), até a década de 1970, a população local vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo próprio. Contudo a abertura da estrada de acesso às praias permitiu o desenvolvimento turístico e o estabelecimento dos balneários, primeiramente os do sul, como Matinhos e Guaratuba, e posteriormente aqueles ao norte, até Pontal do Sul, por onde é feita a travessia para a Ilha. Na concepção de Athayde e Tomaz (1995), o início da década de 1980 foi marcado por uma mudança, quando o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e a população passou a conviver mais de perto com a dinâmica social trazida por eles. Em decorrência, ocorreram alterações nas práticas sociais, mudando radicalmente o estilo de vida dos nativos. No final da década de 1980, o desenvolvimento do turismo também foi favorecido pelo estabelecimento da energia elétrica com a Usina a Diesel da COPEL, localizada na extremidade sul da Ilha.

Conforme Kim (2004), durante as décadas de 1980 e 1990, a Ilha também recebeu muitos imigrantes: pessoas da classe média alta buscaram qualidade de vida, instalando comércios e pessoas com menor poder aquisitivo atrás das oportunidades de emprego, geradas por esses estabelecimentos. Na década de 1990, paralelamente ao aumento de visitantes, na concepção de Esteves (2004, p. 209), o perfil dos turistas que freqüentavam a Ilha do Mel foi-se alterando para um tipo de “homo-urbano desenvolvimentista”. Este fato decorre da crescente busca por parte de pessoas da cidade por lugares com ambientes naturais em bom estado de conservação. Também contribui o papel da mídia na divulgação da Ilha, a criação de infraestrutura básica, destacando-se: a construção de ancoradouro em Nova Brasília; construção de uma praça de animação para a comunidade e visitantes; edificação do Escritório local do IAP¹/Centro de Recepção de Visitantes; edificação do Posto da Polícia Florestal; reorganização das trilhas, e daquela voltada ao turismo: construção de pousadas; restaurantes; o funcionamento de linhas regulares de barco, entre outros.

Nessas condições, segundo Neto (1999), no início do desenvolvimento mais proeminente do turismo na Ilha do Mel, em um primeiro momento, na década de 1980, sobressaíam as casas de veraneio. A partir de 1995, começou a predominar a instalação de estabelecimentos comerciais voltados ao turismo. O número de segundas-residências aumentou mais de 50%, entre 1980 e 1997, ao passo que as residências de moradores permanentes, predominantemente de nativos, aumentaram apenas 27%. Entretanto, de 1997 a 2004, houve uma redução no número de casas de veranistas em 50% das residências. Segundo Esteves (2004, p. 94), a queda do número de residências de veraneio não significa decréscimo de ocupação de imóveis destinados ao turismo, visto que muitas destas casas foram transformadas em estabelecimentos de uso predominantemente comercial ou misto.

Portanto, até 2004, segundo pesquisa de Esteves (2004), existiam 107 pousadas e 58 restaurantes. Assim, no que diz respeito ao número de pousadas, houve aumento de mais de 280% de 1993 até 2004, enquanto o número de restaurantes aumentou um pouco mais de 200% neste mesmo período.

Segundo Neto (1999, p. 157), a grande maioria dos proprietários é formada por investidores que migraram para a Ilha, a fim de lucrar com atividades econômicas ligadas ao turismo. Constituindo estes proprietários como gente “de fora”, aí distinguiu-se o migrante investidor em si e o turista proprietário de “segunda residência”, que acabou por transformá-la em comércio. Segundo Esteves (2004, p. 95), o número elevado de empreendimentos de proprietários de fora é facilmente explicável em virtude da superioridade econômica deste tipo de investidor sobre o nativo e também devido à pequena cultura empreendedora dos ilhéus.

Com relação ao número de turistas da Ilha, por meio de dados fornecidos pela Ecoparaná (2005)², verifica-se que houve redução gradual de mais de 30% na visitação total de turistas à Ilha do Mel, desde janeiro de 2000 a dezembro de 2004. Questionam-se quais seriam os

motivos principais desta redução; especula-se que os problemas ambientais da Ilha do Mel, em decorrência da própria atividade de turismo, são fortes inibidores de visitantes em busca de lazer junto a áreas de preservação ambiental.

Variados foram os estudos sobre as modificações nos aspectos relacionados ao meio ambiente e à economia social na Ilha do Mel, devido às mudanças ocorridas abruptamente nos últimos 30 anos, sobretudo em face da procura turística aumentada. Para Esteves (2004), o turismo modificou radicalmente a paisagem e a sociedade da Ilha do Mel, tornando-se a sua principal atividade econômica. De pacata localidade de pescadores, no final da década de 1970, hoje se constitui em destacado ponto turístico do Paraná e do Brasil.

Nesse cenário, devido à procura elevada de turistas pela Ilha, que veio aumentando a partir da década de 1970, segundo Elias, Martinez e Esteves (2003), nas áreas da Ilha do Mel, onde é permitida a concessão de lotes e a construção de edificações o ritmo de ocupação foi intenso e totalmente desordenado. Na concepção de Esteves (2004) os caiçaras eram seduzidos a vender áreas de alto valor a preços relativamente baixos, perdendo seu espaço territorial para empreendimentos imobiliários e turísticos. Além disso, muitas das obras destinadas ao turismo são de alvenaria e possuem mais de um pavimento, o que é proibido pelas normas vigentes relativas a edificações na Ilha do Mel.

Para Silveira (1998, p. 228), o crescimento turístico da localidade também foi totalmente desordenado, como ele coloca, devido à ausência de atuação efetiva do governo: “[...] por muito tempo houve a ausência de uma política de planejamento e gestão que fosse eficaz para lidar com a maneira caótica como o turismo se vinha desenvolvendo na área”.

Por outro lado, na concepção de Kim (2004, p. 127), comparando a realidade aos objetivos das propostas e planos que guiaram a aplicação das políticas voltadas para a Ilha do Mel ao longo do tempo, “vemos que sempre houve uma oscilação entre dois extremos: de um lado, a disposição em preservar a natureza e, do outro, a vontade de favorecer o desenvolvimento do turismo de massa, falsamente anunciado como ecoturismo”.

Entre os problemas socioambientais provocados pelo turismo desordenado, segundo Esteves (2004), destacam-se: “a violência e o consumo de drogas, o emprego da mão de obra dos nativos em atividades consideradas menos nobres, como o transporte de cargas, serviços gerais de limpeza e cozinha, coleta de lixo etc. precariedade nas questões relativas à saúde e à educação, descaracterização da paisagem natural, grande quantidade de lixo jogado e acumulado, destruição da flora e da fauna e degradação da qualidade da água”.

Talvez, um dos maiores problemas da Ilha do Mel se refira à degradação de recursos hídricos. Segundo Esteves (2004), a degradação destes recursos se intensifica na medida em que não existe nenhum sistema de coleta e tratamento de esgotos nas localidades ocupadas.

Na perspectiva sociocultural, para Neto (1999), o crescimento da atividade turística local, a partir da década de 1980, aliada à implementação do sistema de transporte e à instalação da luz elétrica em 1988, foram os principais fatores que contribuíram para a descaracterização cultural da população Ilhéu. Assim, hábitos antigos como a dança do Fandango, praticada em várias localidades do litoral paranaense, e mesmo os bailões (Forrós) foram abandonados pela população, que passou a vivenciar novos hábitos trazidos pelos turistas.

7. Metodologia

Considerando os objetivos do presente estudo, buscou-se verificar qual é a ação e a percepção de gestores do setor privado e público sobre a sustentabilidade do turismo no local, com enfoque na questão ambiental. Os aspectos pontuais relacionados a este assunto e verificados pela ação dos gestores privados, foram: consumo de água e geração/destinação/tratamento de efluentes; consumo de energia e geração/destinação/tratamento dos resíduos sólidos, além de

suas opiniões sobre aspectos tais como: o impacto das atividades econômicas sobre o equilíbrio ecológico; a legislação ambiental; áreas de preservação; responsabilidade com o meio ambiente; avaliação da atuação do setor público; prioridades de gestão ambiental e educação ambiental e influência da questão ambiental no turismo da Ilha.

Os aspectos pontuais relacionados a este assunto e verificados pela ação da gestão pública, foram: a legislação voltada à Ilha; a atividade fiscalizadora; o controle na abertura de novos estabelecimentos comerciais; ações de saneamento básico; educação ambiental, além de suas opiniões sobre aspectos similares aos perguntados ao setor privado.

Em função de seus objetivos, essa pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. A pesquisa apresenta caráter exploratório, pois aborda tema com pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Pode-se considerá-la também como descritiva, tendo em vista que se busca conhecer um fato ou fenômeno, sem precisar recorrer a relações causais entre suas variáveis.

O método escolhido para esta pesquisa foi Estudo de Caso, sendo escolhida a localidade de Ilha do Mel, no Litoral do Estado do Paraná para análise. Segundo Yin (2005), o estudo de caso é preferido quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido, ou ainda quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos, dentro do contexto de vida real. Godoy (1995, p. 25-26) expõe ainda que, “adotando enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas”.

Com relação à coleta de dados, segundo Yin (2005, p.112), nenhuma fonte de evidências possui vantagem indiscutível sobre as outras. Na verdade, as várias fontes são altamente complementares; o bom estudo de caso utilizará o maior número possível delas. Esta pesquisa foi realizada mediante a utilização predominante do método documental, no que diz respeito aos dados secundários e, para a coleta de dados primários, foi adotada a técnica de entrevista pessoal com a utilização de questionário semi-estruturado. Ao todo, foram realizadas trinta e três entrevistas com gestores-chaves. Do setor privado, foram entrevistados trinta proprietários de pousadas das áreas de Encantadas, Farol, Nova Brasília e Fortaleza, na Ilha do Mel. Do setor público, foram entrevistados três gestores: dois municipais e um estadual do Instituto Ambiental do Paraná (IAP); todos estes possuem funções relevantes de coordenação das atividades do setor público na localidade. No entanto, também foram consultados outros agentes públicos e privados, que contribuíram para enriquecer esta pesquisa, além de observações não participantes.

8. Ações e Perspectivas de Gestores Privados e Públicos sobre a Preservação Ambiental

Antes de serem aprofundados estes aspectos, apresenta-se uma caracterização geral dos empreendimentos e do setor público atuante no local. Com relação aos empreendimentos, verificou-se que a grande maioria das pousadas pesquisadas teve início de suas atividades a partir de 1990, comprovando ser recente o desenvolvimento massivo do turismo na Ilha do Mel. Sobre o perfil de seus proprietários, verificou-se que a maioria deles não nasceu ou se criou na Ilha do Mel, mas reside nesta localidade.

Devido ao dimensionamento relativamente pequeno da área das pousadas, observou-se que é frequente estes estabelecimentos superlotarem quartos que comportariam, confortavelmente, menos da metade do número de clientes, principalmente nos feriados. No entanto também foi observado que em algumas pousadas se está investindo em qualidade, como em quartos com menor número de leitos e com banheiros privativos. Segundo alguns entrevistados, o público da Ilha está mudando, verificando-se menos excursões e mais casais indo ao local, o que acaba influenciando na configuração mais ambientalmente sustentável dos empreendimentos.

Com relação a alguns outros aspectos de estrutura das pousadas, chama a atenção que muitas delas possuem televisão nos quartos. Questiona-se o motivo de existirem tantos destes aparelhos em um destino turístico reconhecido como “ecológico”. Também chama a atenção o número elevado de frigobares nestes estabelecimentos, dentre outros artigos de luxo, evidenciando ainda um estilo de “Turismo de Balneário” mais do que o Ecoturismo.

No que tange à legislação voltada à Ilha do Mel, o Plano de Manejo vigente data de abril de 1982, mesmo ano em que a Ilha passou de responsabilidade do Governo Federal para o Governo Estadual do Paraná. O objetivo principal deste plano era de “preservar o meio ambiente e os bens culturais da Ilha do Mel, definindo a ocupação do solo e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos ilhéus” (ITCF, 1986).

Desde então, já foram feitas inúmeras tentativas de desenvolver novos Planos de Manejo para a Ilha do Mel, mas nenhum mais atual ainda foi decretado. Por outro lado, foram estabelecidas inúmeras emendas estaduais para cobrir algumas necessidades pontuais do local. Dentre as emendas relevantes, estabelecidas desde o início da responsabilidade estadual, destacam-se: a criação da Estação Ecológica (Decreto Estadual 5454/82); estabelecimento da Capacidade de Carga da ilha (Resolução 036/96); estabelecimento da taxa de visitação a ser revertida em benefício local (Portaria nº 10/IAP/98) e criação do Parque Estadual (Decreto Estadual 5506/02).

Dentre os três gestores entrevistados que exercem atividades de gestão pública da Ilha do Mel, dois são funcionários da Prefeitura de Paranaguá e são os responsáveis pela administração do local no que diz respeito à saúde, educação nas escolas e à coleta e destinação de resíduos sólidos. A Ilha do Mel, quanto aos serviços municipais prestados, possui dois centros de saúde, duas escolas e duas centrais de triagem localizadas cada uma destas estruturas nas áreas povoadas de Nova Brasília e Encantadas.

Um terceiro gestor entrevistado é o então Coordenador do IAP Regional do Litoral, responsável pelas atividades desse órgão na Ilha do Mel. Além do seu caráter normativo e deliberativo, são atividades de responsabilidade do IAP na Ilha do Mel fiscalizar todas e quaisquer ações que venham a causar potencial dano ambiental no local, tais como: construções, controle dos limites das áreas de reserva, extração de recursos naturais, qualidade da água e disponibilização dos resíduos sólidos, serviços públicos de saneamento e energia dentre outras, assim como desenvolver e executar a Educação Ambiental voltada a comunidade local e aos turistas.

Além do IAP e da Prefeitura Municipal de Paranaguá, fazem parte dos serviços públicos locais relacionados à pesquisa, a CAGEPAR (Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá), responsável pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto na Ilha, e a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), atualmente fornecendo energia a Ilha do Mel através de cabo submarino vindo do continente.

8.1 Ações Ambientais Desenvolvidas nos Setores Privado e Público

Apesar dos problemas de abastecimento de água na Ilha do Mel, principalmente nos períodos de maior procura turística, foram verificados poucos artifícios para lidar com essa restrição nas pousadas. Exemplifica-se o baixo uso de água da chuva e do reuso das águas, além da não utilização de equipamentos mais eficientes no uso deste recurso pela maioria das pousadas.

No que diz respeito ao tratamento de efluentes, cada pousada desenvolve o seu próprio tratamento, obedecendo à exigência mínima do IAP de utilização de fossa séptica. Contudo, como não há uma ação mais rigorosa do governo nesse sentido, muitas fossas não apresentam dimensionamento suficiente para suportar o fluxo de turistas, além de outras negligências quanto às especificações técnicas recomendáveis para se evitar contaminação do solo, de riachos e do lençol freático.

O problema das fossas na Ilha do Mel, possivelmente, apresenta-se como um dos maiores problemas ambientais naquele sistema ecológico, devido a ação humana. Além da falta de critérios para a construção e manutenção de fossas, o problema é ainda mais agravado, quanto maior for a pousada e menores forem os cuidados com economia de água. Apesar de tudo, esse problema só não é mais grave porque há falta de água no abastecimento durante os períodos de maior visitação turística. Entretanto o índice de pluviosidade é alto em algumas épocas do ano, principalmente no verão, o que acaba fazendo com que a contaminação das fossas se espalhe mais facilmente pela superfície da Ilha até chegar ao mar.

No tocante aos meios de hospedagem que se destacaram quanto ao uso sustentável da água, apenas uma desenvolveu uma E.T.E. (Estação de Tratamento de Esgoto). No entanto, é importante ressaltar que este é um caso à parte, pois se trata da maior pousada na Ilha do Mel, o que possibilita a manutenção desse complexo sistema pela diluição desse, e de outros custos ambientais, em escala.

Quanto à gestão pública dos recursos hídricos, ficou evidenciado pelos relatórios governamentais e pelas entrevistas que a forma que garante o abastecimento de água de uso doméstico na Ilha do Mel é a captação subterrânea. Entretanto as águas em algumas regiões deste manancial apresentam contaminação pelas fossas, exigindo tratamento para que possam ser consumidas. Contudo, devido à incapacidade de a rede pública atender às necessidades de toda a comunidade, principalmente na alta temporada, são utilizados muitos poços artesianos na Ilha do Mel, e eles, geralmente, não apresentam tratamento para o consumo, representando alto risco de contaminação de parte da população ilhoa e de turistas.

A problemática do esgoto é identificada como predominante de gestão pública na Ilha do Mel, pois a empresa pública CAGEPAR, que deveria ser responsável pelo tratamento de efluentes na localidade, não tem atuação nem possui condições estruturais e financeiras para exercer o seu papel. Soma-se a isso o IAP, que é responsável pela questão ambiental na Ilha do Mel, e que não desenvolve nem incentiva projetos adequados ou fiscalização das fossas, ficando assim sob a responsabilidade e decisão do setor privado o gabarito como as fossas devem ser construídas.

Uma das propostas dadas atualmente para as fossas saturadas e poluidoras refere-se ao tratamento químico individualizado, o que está sendo estudado pelo governo. Entretanto, é preocupante o uso deste produto, visto que poderia resolver um problema de contaminação das fossas (pelo menos a curto prazo), mas poderia vir a causar outros resultados negativos no solo da ilha ou no lençol freático. Assim, a “solução” para este problema pode ser paliativa e ainda mais prejudicial, visto que não se sabe quais seriam os efeitos no ecossistema, além de ser um produto muito caro.

Apesar de tudo, o projeto de tratamento e fornecimento de água desenvolvido pela CAGEPAR, em vias de ser implementado em 2007, poderá desempenhar grande evolução qualitativa no fornecimento da água na Ilha do Mel, pelo tratamento que será dado à água captada nos mananciais de superfície e de subsolo. Quantitativamente, provavelmente, este será um projeto racionalizador no uso de água, uma vez que o custo será cobrado proporcionalmente ao uso do recurso para todos os usuários, assim como já acontece com o uso de energia elétrica, fornecida pela COPEL. Outro resultado positivo desse projeto será a influência na emissão de efluentes comerciais e residenciais, visto que o consumo, sendo mais racional por um estímulo econômico, irá gerar menos vazão na emissão dos efluentes. Em decorrência disso, haverá menor contaminação do lençol freático, criando, assim, um ciclo em cadeia de redução dos impactos ambientais negativos.

Com relação ao uso da energia nas pousadas, em decorrência de o custo da energia elétrica ser relativamente alto e ser mais facilmente mensurável, se comparada aos outros recursos relacionados à gestão ambiental, observou-se maior controle do seu uso pelos proprietários de pousada, sendo o aspecto econômico como principal motivador.

Sobre o fornecimento de energia pelo governo, foi verificado que houve uma preocupação maior pelo bem-estar da população e dos turistas na Ilha do Mel ao ser implementado o projeto da COPEL “Ilhas do Litoral Paranaense” para suprir a carência de energia. Por outro lado, no que tange ao aspecto ambiental, apesar de ter-se deixado de utilizar tecnologias altamente poluidoras, para atender à demanda da Ilha do Mel (gerador a diesel), não houve continuação do projeto que já estava em andamento e que estimulava o uso de tecnologias limpas, como a utilização do chuveiro com painel solar. Devido a isso, atualmente verifica-se a degradação e sucateamento desses aparelhos, apesar de a geração de energia por hidrelétricas ser bastante prejudicial ao meio ambiente também.

Com relação aos resíduos sólidos gerados pelas pousadas na Ilha do Mel, foi verificado que muitos desses estabelecimentos comerciais fazem apenas uma seleção bruta dos resíduos, entre orgânicos e recicláveis e que, muitas vezes, não lhes dão destinação apropriada.

Nas unidades de triagem, foi verificado, através de conversa com coletores, que muitos estabelecimentos comerciais e moradores não separam bem os resíduos, contaminando o material reciclável e tornando-o inutilizável.

Dentre as poucas pousadas que desenvolvem algum tipo de seleção mais cuidadosa dos resíduos sólidos, o incentivo para essa prática é o valor econômico dos materiais, a exemplo das latinhas de alumínio.

No que tange aos resíduos orgânicos, quase metade dos proprietários disse enterrar esses resíduos, quando os “separam”. Pode-se questionar o rigor na separação da matéria orgânica, pois foram encontrados perto de pousadas e residências restos de lixo seco (tampas, sacos plásticos e outros resíduos recicláveis) que estariam sendo enterrados ou mesmo, apenas despejados na mata e nas áreas de preservação junto com os resíduos orgânicos. Somando-se a isso, verificou-se que poucos entrevistados os utilizam para a produção de composto orgânico, pela compostagem. Este tipo de processo propicia uma destinação ambientalmente recomendável, ao se evitar que os resíduos fossem enterrados em quantidade e jogados na mata indiscriminadamente, ou até mesmo que fossem levados pela coleta pública, causando problemas em outros locais. Portanto, percebe-se que não há um comportamento orientado para a destinação dos resíduos orgânicos: os entrevistados demonstraram não ter uma direção ou informação clara sobre o que fazer com esses resíduos.

Sob um ponto de vista amplo de como o meio-ambiente deve ser analisado, pois os ecossistemas estão conectados, levando a concluir que “longe é um lugar que não existe³”, esse descaso com os resíduos influencia de forma negativa, não só a Ilha, mas especialmente o continente, visto que todo o rejeito das unidades de triagem da ilha é destinado ao lixão de Embocuí, “onde crianças disputam restos de alimentos com animais⁴” e onde há alto índice de contaminação pelo chorume, pois resíduos de todo o tipo estão em contato direto com o solo.

Com relação à fiscalização ambiental na Ilha do Mel, foi verificado que essa atividade ainda é deficiente, seja pela falta de especificações padronizadas para algumas interfaces ambientais das atividades econômicas do turismo, como no caso das fossas, ou pela falta de estrutura de fiscalização para observar a comunidade com mais circunspeção.

No que diz respeito à Educação Ambiental (EA), foi verificado que a atuação do órgão ambiental responsável, o IAP, é pouco representativa no que diz respeito à EA voltada ao comércio e à comunidade, principalmente com relação ao provimento de informações aos empreendedores sobre as ações adequadas à captação de água da chuva, fossas secas e reciclagem de resíduos, entre outras informações. Por outro lado, foi percebido que uma parcela dos empreendedores não acredita ser seu papel sensibilizar o turista sobre questões ambientais, mas ser exclusivamente responsabilidade do governo.

No que diz respeito às atividades de EA desenvolvidas pelo setor público, predominantemente pelo IAP, verificou-se que o órgão vem aumentando bastante sua atuação na Ilha do Mel, se comparado aos anos anteriores. Entretanto, a EA no local ainda é realizada sem muita

constância e profundidade, voltando-se ainda para a repreensão e advertência do comportamento das pessoas, e menos para a sensibilização sobre as características ambientais e dos aspectos funcionais do ecossistema da Ilha.

Sobre a EA voltada às pousadas, foi percebida uma pequena influência do setor público. O único aspecto sobre gestão ambiental que vem sendo ensinado e exigido destes estabelecimentos refere-se aos resíduos sólidos. Percebe-se atuação do IAP na fiscalização dos procedimentos de disposição e coleta de resíduos durante a temporada. Entretanto não é feita uma sensibilização contínua sobre o impacto destes resíduos ou mesmo sobre técnicas caseiras de tratamento e reciclagem, sendo talvez um dos motivos que levam muitas pousadas a não serem rigorosas para separar o lixo seco do orgânico.

Com relação à sequência das atividades de EA, verificou-se que, durante o ano, não há uma continuidade na Ilha do Mel, pois as atividades de EA que são voltadas para a comunidade acontecem apenas na “Semana do Meio-ambiente”, e as atividades voltadas para o turista, acontecem apenas na temporada, durante a “Operação Verão”. Além disso, as atividades de EA da temporada foram muito criticadas por não manterem um padrão de um ano para o outro, havendo anos em que acontecem atividades de EA e outros em que nada ocorre.

Sobre as Escolas foi percebido que as atividades realizadas de EA, voltadas à realidade da Ilha, são incipientes, pois ainda predomina uma educação conservadora que não se baseia na realidade. No entanto a nova direção da Escola Rural de Nova Brasília demonstrou estar buscando a parceria de outras instituições de ensino e pesquisa que possam facilitar o aprendizado dos alunos no que diz respeito à sua própria realidade.

8.2 Perspectivas dos Gestores Privados e Públicos Sobre Preservação Ambiental

Observou-se que no que diz respeito ao equilíbrio ecológico na Ilha do Mel, existe forte contradição entre a atividade econômica das pousadas e a preservação ambiental. Segundo alguns proprietários, o perfil do público da Ilha do Mel não está sendo condizente com as suas características de reserva ambiental; entretanto infere-se que as características do próprio comércio da Ilha do Mel seriam um dos determinantes do tipo de público visitante.

No que diz respeito à relação entre as áreas de reserva ambiental e as áreas de ocupação humana, percebe-se que a grande maioria dos empresários aprova a preservação da natureza; mas, da mesma forma, eles não conseguem conviver com ela sem transformá-la ou degradá-la. Apesar de concordarem em serem responsáveis pela preservação do meio-ambiente, muitos empresários não souberam especificar como as suas pousadas poderiam estar causando menor impacto ao meio-ambiente, o que comprova a falta de informação sobre os aspectos de gestão ambiental e interação dos negócios com o meio-ambiente. Além disso, muitos transferiram a responsabilidade dos danos ambientais para o governo ou para a comunidade, ao invés de comentar quais seriam as suas próprias responsabilidades.

Com relação à atuação do governo, percebeu-se pela opinião dos empresários a necessidade de atuação governamental mais consistente em suas ações, destacando-se a necessidade de melhor entendimento entre as esferas públicas e a agilidade nos processos administrativos, além de um equilíbrio de exigências, de forma que a “lei seja para todos”.

A partir da análise feita sobre controle da capacidade de carga, em específico, foi observado que a grande maioria dos proprietários defende um controle do número de turistas na Ilha, havendo, entretanto, divergências sobre a forma como estes limites foram estabelecidos pelo IAP e como é feito o controle. Grande parte dos entrevistados acha que o número de turistas visitantes simultâneos na Ilha do Mel poderia ter um limite maior que cinco mil, para atender toda a oferta dos meios de hospedagem. Assim, foi percebido que muitos dos proprietários defendem que o estabelecimento desse limite seja com uma base predominantemente econômica, em detrimento das áreas social e ambiental. Outra postura, defendida por um

número reduzido de entrevistados, referiu-se a uma posição mais equilibrada, que considera o estabelecimento do número de turistas em função da infra-estrutura juntamente com a capacidade de suporte do meio-ambiente e do aspecto social. De acordo com essa visão, as decisões não seriam tão simples, porque, se, por exemplo, houvesse a solução do problema de esgoto na Ilha do Mel e, em decorrência disso, houvesse liberação de mais visitantes, poderia desencadear novos problemas no sistema, como o stress social dos ilhéus por um número ainda maior de turistas no local.

Com relação à percepção dos gestores públicos sobre preservação na Ilha do Mel, foi verificado que a preservação das áreas de reserva ambiental da Ilha ainda está bem assegurada, mas que os problemas ambientais se referem às áreas de ocupação, devido aos impactos pelo uso.

Segundo os gestores públicos, da forma como o turismo com características de turismo de “balneário” e o crescimento populacional vêm acontecendo na Ilha do Mel, os problemas ambientais e socioeconômicos deverão agravar-se nas áreas de ocupação, e até mesmo poderão comprometer as áreas de reserva. Portanto foi sugerido apoio ao desenvolvimento do ecoturismo, com restrições ainda maiores ao turismo na Ilha do Mel, como o controle da capacidade de leitos dos meios de hospedagem. Por outro lado, verifica-se que alguns aspectos ambientais críticos específicos não possuem muita perspectiva de serem solucionados na visão do setor público, como é o caso do tratamento de efluentes.

Um dos principais problemas relacionados à atuação do setor público, segundo os próprios gestores públicos, incluindo alguns empresários entrevistados, refere-se à atuação do Conselho Gestor⁵, que não está conseguindo representar efetivamente os interesses da comunidade. Verifica-se a falta de coesão das partes envolvidas deste conselho, sendo identificadas vertentes com interesses divergentes: uma de predominância econômica e outra em busca do ecoturismo, o que dificulta o entendimento para a tomada de decisão. Além disso, verifica-se a baixa autonomia para a tomada de decisão deste conselho, pois o governo estadual possui poder de veto nas suas decisões.

9. Considerações Finais

Verifica-se na Ilha do Mel que o turismo atual não é mais fundamentado nos aspectos sociais que o fizeram surgir, pois pouco se vê sobre os hábitos, a arquitetura e a gentileza de um povo que ainda não viveu segundo os ditames da cultura de massa. Percebe-se claramente que muitos visitantes nem sequer vão a esta Ilha para conhecer os pontos turísticos de maior destaque, como o Farol das Conchas e a Fortaleza; que se dirá de fazer os passeios em trilhas, conversar com os caiçaras e admirar a flora local? Por outro lado, verifica-se que não há passeios orientados, ou Educação Ambiental que vá muito além de advertir sobre o cuidado que se deve ter para não agredir a natureza, ou sobre cuidados com eventuais riscos à saúde do visitante. Não há sensibilização ambiental, para provocar uma experiência transformadora nas pessoas e que as faça retornar da excursão diferentes aos seus locais de origem, com valores ecológicos.

Junto a isso, inúmeros são os bares presentes pela Ilha, principalmente em Encantadas, dando o sentido homogêneo que quase nada difere da lógica de lazer de outras praias do litoral Paranaense, talvez a não ser pela sensação de estar em uma ilha. Mas o atrativo, o consumo: “som alto, cerveja gelada e batatinha frita” continuam os mesmos.

Neste contexto, verifica-se que muitos empreendedores investiram no local, seguindo o tom econômico-desenvolvimentista massificado do turismo local, que se vai distanciando do que Krippendorff denominou de *stiller tourismus*, ou “turismo brando” “em que os turistas seriam atendidos pela infra-estrutura local, renunciando a equipamentos turísticos complementares

que alteram a originalidade das paisagens e recursos culturais” (KRIPPENDORF, 1985). Pelo contrário, atualmente verifica-se que muitos empreendimentos, em especial as pousadas, possuem características nada pitorescas, que em nada diferem de pousadas de grandes balneários: são de alvenaria, possuem equipamentos de hotel, algumas possuem inúmeros quartos, entre outros fatores efêmeros, como a alimentação do café da manhã. Neste sentido, não há como negar que a Ilha do Mel pouco se diferenciou de outros locais turísticos; e pior, só tem a perder, pois dentro de ruim lógica capitalista, os custos de transporte e a ausência de equipamentos da infra-estrutura urbana só comprometem a sua competitividade.

Neste sentido, um planejamento de marketing, relacionado a princípios sustentáveis, se faz necessário, ou seja; cumpre descobrir e seguir um nicho de mercado de pessoas que estão dispostas a pagar por experiências únicas, originais. Isso exige, em contrapartida, uma mudança brusca de postura diante do turismo e, mais do que isso, uma visão coletiva.

O Conselho Gestor, criado em 1995, periodicamente se reúne e discute assuntos desta ordem: qual é o turismo da Ilha do Mel, ou qual deveria ser o seu público? Mas os interesses diversos, preferencialmente aqueles da linha econômico-desenvolvimentista, conflitam com os ideais do ecoturismo defendidos filosoficamente por outros. Os resultados são longas horas de discussão sem resoluções práticas.

Uma das formas encontradas para lidar com o crescimento desenfreado, mas até então paliativa, refere-se à legislação determinada pelo Governo. A legislação voltada à Ilha é bastante restritiva em alguns aspectos; as áreas de reserva são bem delimitadas, salvo alguns conflitos pontuais, como na Praia Grande, o que garante a segurança da maior parte do ambiente natural da Ilha. Contudo, nas áreas de ocupação (cerca de 5% da área da Ilha), onde, pelo motivo antes exposto, não há mais para onde crescer, muitos problemas internos de toda a ordem afloram, como a contaminação dos mananciais; um problema muito sério. Portanto vem à tona a seguinte discussão, já bastante presente nos estudos sobre as áreas de preservação: para que a abundância de natureza, se o ser humano não vive integrado a ela e não possui qualidade de vida? Este modelo não cultivado, de visão estreita, conclui-se, tão pouco serve.

Assim, verifica-se que as emendas legais decretadas são pontuais, longe do necessário para garantir a sustentabilidade do turismo na Ilha, sobretudo nas áreas de ocupação. Há anos, tenta-se estabelecer Planos de Manejo mais completos, em acordo com as necessidades do local; mas, nas mudanças de governo, nenhum ainda foi decretado. Desta forma, o que resta, são atuações truculentas, levadas a efeito pelo Estado, sem circunspeção; atualmente um mal necessário para garantir certo grau de preservação pelo freio do ciclo econômico desenvolvimentista reinante, enquanto um novo modelo socioeconômico e ambiental mais equilibrado não predomine.

Neste contexto, o que se observa é que a questão de gestão ambiental nas pousadas pesquisadas transparece como aspecto importante pela percepção dos empreendedores; mas, na prática, não é seguida e torna-se um fator secundário, na melhor das hipóteses. O número de leitos ofertados pelos meios de hospedagem se encontra acima do estabelecido pela capacidade de carga; o número de visitantes da Ilha vem caindo desde 2001, chegando a reduzir em um terço do total anual. Neste sentido, com a insatisfação econômica de muitos dos empreendedores, a gestão ambiental dos empreendimentos se torna um luxo, no curto prazo. Tudo indica que será grande dano para a sustentabilidade do turismo no médio e longo prazo; na realidade, o dano já se vem configurando. O poder público que atua no local pouco faz para incentivar, desenvolver e controlar estas práticas. Pelo contrário, algumas de suas responsabilidades públicas relacionadas à questão ambiental, como a destinação final dos resíduos sólidos, recebe tratamento calamitoso.

Paradoxalmente, a Ilha do Mel é reconhecida como uma Ilha Ecológica, o que na prática não confere, pelo menos nas áreas de ocupação; mas qual é a sua culpa, se está inserta em um

sistema maior, que determina as suas regras? Por este motivo se faz ainda mais necessário que se encontre um norte para o turismo da ilha e que a sua comunidade exija um modelo com diretrizes de desenvolvimento sustentável, e não dentro de um modelo explorador e concentrador de riquezas, fadado ao fracasso. Desta forma, a Ilha do Mel estará recebendo turistas ao longo do ano, justamente por não serem atraídos apenas pelas “festas de verão”, mas por aspectos originais como a cultura, a história e a natureza que ainda estão presentes; se alguns já estão comprometidos, ainda há tempo de serem resgatados.

Os ilhéus, incluindo muitos dos comerciantes, já verificaram que este modelo não serve. Para a maioria sobram apenas os trabalhos de baixo escalão; para o comércio tampouco é lugar para se ficar “rico”. Neste sentido, o que urge seria o resgate cultural daquela vivência caçara ligada intimamente à natureza; o resgate da estima destas pessoas, demonstrando que estes são os valores que fazem a diferença para o Ecoturismo, servindo como mais um exemplo de modelo alternativo ao Paradigma Social Dominante, onde, por ora, as atividades da Educação Ambiental possuem papel fundamental.

Referências Bibliográficas

- ABREU, D. *Os ilustres hóspedes verdes*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2001.
- ATHAYDE, S. F.; TOMAZ, L. M. Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR - Brasil. *Nerítica* 9, 1995.
- BONNATO, G. *Geração de Resíduos Sólidos no Âmbito da Hotelaria*. Dissertação. Universidade de Caxias do Sul, 2003.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Saneamento*. Brasília, 2004.
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. *Turismo: princípios e prática*. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DE CONTO, S. Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Meios de Hospedagem. Em: TRIGO, L. G. G. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo, Ed. Roca, 2005.
- DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo. Atlas, 2003.
- ECOPARANÁ. *Número de visitantes da Ilha do Mel – 2000 a 2004*. Pontal do Sul, PR, 2005.
- ELIAS, T. L.; MARTINEZ, J.; ESTEVES, C. J. O. *Turismo e condições de balneabilidade na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)*. Disponível em <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.3/285/285.htm>>, acesso em 13 nov. 2005.
- ESTEVES, C. J. O. *Turismo e Qualidade da Água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)*. Curitiba, PR, 2004: Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.
- FIGUEIREDO, J. C. *Contribuição à Geografia da Ilha do Mel (litoral do estado do Paraná)*. Tese de Cátedra de Geografia do Brasil. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1954.
- GIANNINI, P. C. F.; SAWAKUCHI, A. O.; FERNANDES, L. A.; DONATTI, L. M. Paleoeventos e Paleocorrentes Subaquosas do Sistemadeposicional Pirambóia nos Estados de São Paulo e Paraná, Bacia do Paraná: Estudo Baseado em Análise Estatística de Dados Azimutais. *Revista Brasileira de Geociências*. 34(2):282-292, junho de 2004.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting Paradigms for Sustainable Development: Implications for Management Theory and Research. *The Academy of Management Review*. Vol. 20, Iss. 4; p. 874 - 908, Oct. 1995.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de Empresas. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. São Paulo. Vol. 35, nº 4, p. 65-71 jul. /ago. 1995.
- GONÇALVES, L. C. *Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem*. São Paulo. Aleph, 2004.

- HETZER, N. D. *Environment, Tourism, Culture*. 1965. Disponível em <<http://www.fieu.edu/ecosphere.shtml>>, acesso em 25 abril 2005.
- HOFFMAN, A. J. Integrating Environmental and social issues into corporate practice. In. *Enviroment*. Abringdon, Carfax Publishing. Jun. 2000.
- IRVING, M. A. Turismo Ética e Educação Ambiental – Novos paradigmas e planejamento. Em: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo. Ed. Futura, cap. 1, 2002.
- ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. *Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel - 1946-1985*. Curitiba, 1986.
- KIM, K. M. *Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel – PR*. Pontal do Paraná, 2004. Monografia (Graduação em Ciências do Mar) Setor de Ciências da Terra, UFPR.
- KRAEMER, M. C. *Malhas da Pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá*. São Paulo, 1978, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) – Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- KRIPPENDORF J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo. Editora Aleph, 1985.
- _____. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MOLINA, S. E. *Turismo e ecologia*. Bauru, SP. EDUSC, 2001.
- NETO, R. F. *As inter-relações da energia elétrica com aspectos de conforto e modernidade em pequenas comunidades. Um estudo de caso na ilha do mel – PR*. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.
- PACHECO, A. P. B.; SERVI, C. E. D. A.; ROCHA, E. F. *Imagem das pousadas de Brasília pelos diferentes agrupamentos que se interessam por esta localidade: um estudo exploratório sobre as pousadas da Ilha do Mel*. Curitiba, 2003. Monografia (Graduação em Administração com ênfase em marketing) Faculdades Integradas Curitiba.
- PIRES, P. S. “Capacidade de Carga” como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recreação e do Turismo em Áreas Naturais. Em: *Turismo em Análise*. São Paulo. CRP/ECA/USP. ed. Aleph, Vol. 16 n° 1, 2005b.
- RICCI, R. *Hotel: gestão competitiva no século XXI*. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2002.
- SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Plano de Manejo: Estação Ecológica da Ilha do Mel – PR*. Curitiba, 1996a.
- SHRIVASTAVA, P. Ecocentric Management for a Risk Society. *The Academy of Management Review*; Vol. 20, Iss. 1; ABI/INFORM Global, p. 118 - 137, 1995.
- SILVEIRA, M. A. T. Ecoturismo na Ilha do Mel. Em: LIMA, R. E.; NEGRELLE, R.R.B. (Orgs.). *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná*. Curitiba, Ed. da UFPR, p. 223 – 230, 1998.
- SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável: meio ambiente e economia*. São Paulo. Aleph, Vol. 2, 2000.
- WAHAB, S.; PIGRAM, J.J. *Tourism, Development and Growth*. London. Ed. Routledge, 1997.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre. Ed. Bookmann, 2005.

¹ Instituto Ambiental do Paraná

² Empresa sem fins lucrativos de interesse coletivo, que executa o controle de capacidade de carga de 5000 visitantes na Ilha do Mel.

³ Título do livro do autor Richard Bach, 1979.

⁴ Referência às palavras do deputado estadual Natálio Stica, ao justificar a importância de ser tomada uma iniciativa para resolver o problema do “Lixão de Embocuí”.

⁵ Órgão consultivo da Ilha do Mel formado por lideranças locais e representantes do governo, onde são discutidos aspectos diversos sobre a gestão pública local. As reuniões do Conselho Gestor acontecem uma vez por mês.